

Memória, história e novas identidades: representações dos regimes civil-militares na América Latina

Ricardo Antonio Souza Mendes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Observa-se, após o estabelecimento dos regimes pós-autoritários, uma valorização significativa da memória. Esta se apresenta como um dos principais instrumentos de denúncia contra a violência perpetrada ao longo de boa parte dos governos estabelecidos nos anos 1960 e 1970 na América Latina. Para muitos, os testemunhos daqueles que sobreviveram ou que resistiram à tortura apresentaram-se com fator de destaque para desvelar os mecanismos de repressão então adotados. Contra a memória oficial se colocariam inúmeras memórias individuais e coletivas daqueles indivíduos e grupos que foram objeto direto da violência do Estado¹ e que puderam, a partir de então, se manifestar. Perspectivas sobre o passado daqueles que participaram de um embate político profundamente radicalizado de parte a parte, embora em condições profundamente desiguais. É neste sentido que autores como Marçal e Padrós assinalam que a memória teria, neste momento, o papel de iluminadora da história, principalmente para aclarar e elucidar acontecimentos ocorridos numa fase em que a intransigência se estabelece e a possibilidade de existência de outros discursos é eliminada momentaneamente.²

Ora, a reconstrução do passado é uma prática extremamente importante dentro de uma dada sociedade. Isto porque a forma pela qual uma sociedade, um grupo ou indivíduo se pensa no mundo é fundamental para a formulação de projetos futuros. Segundo Gilberto Velho, um projeto caracteriza-se pela elaboração de uma conduta organizada que teria por finalidade alcançar um determinado fim. O que possibilitaria a existência desta conduta seria a “consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia”, organiza uma trajetória e viabiliza a estruturação do projeto através da sua legitimação pelo passado. Outro aspecto

é que a “consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos”.³ Desta forma, a memória participa diretamente da estruturação dos sistemas de representação. Rosavallon assinala que são estes “sistemas de representação que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”.⁴ Ou seja, é a memória que apresenta os referenciais a partir dos quais o projeto de futuro de um indivíduo ou de uma dada sociedade será pensado, bem como é a memória o instrumento utilizado para a leitura do presente.

Mas, quais os aspectos que distinguem a memória da história? O que caracterizaria a memória? Por que motivos alguns autores assinalam os riscos de sua sobrevalorização e de que tipo de memória está se falando?

Aspectos da polarização entre Memória e História

Vários são aqueles que assinalam simplesmente a inexistência de distinções entre memória e história. Paul Ricoeur apresenta-se como um exemplo significativo desta perspectiva. Segundo o autor, a memória é o melhor instrumento para se dizer que algo aconteceu, apresentando uma ambição veritativa que a aproxima mais do que a distancia da História.⁵ Ambas, portanto, apresentar-se-iam como formas de se pensar em “algo que foi, mas já não é”. Na opinião do Autor, contudo, a forma mais eficaz parece recair sobre a memória:

A mi modo de ver, lo que importa es abordar la descripción de los fenómenos mnemónicos, desde el punto de vista de las *capacidades* de las que ellos constituyen la efectución ‘feliz’. (...) Lo que justifica, en última instancia, esta opinión preconcebida por la ‘buena’ memoria, es la convicción – que lo que sigue de este estudio se esforzará en apuntalar – de que no tenemos outro recurso sobre la referencia al pasado, que la memoria misma.⁶

É neste sentido que, para o autor, a memória apresenta-se como matriz da História. Noções como a de indícios e de testemunhos reforçam “la continuidad del paso de la memoria a la historia”.⁷

De outro lado, vários autores buscaram/buscam caracterizar as diferenças entre memória e história.⁸ Certas distinções estão mais frequentes neste tipo de caracterização. Elenco, aqui, três destas diferenciações. A primeira estaria calcada na oposição entre razão (história) X emoção (memória). A segunda fundamentada na antítese entre verdade (história) X falseamento (memória). E a última, que indica a existência de uma oposição entre a objetividade (histó-

ria) X subjetividade (memória). Todas, em certo sentido, estão entrelaçadas entre si. Mas buscarei apresentá-las, por procedimento metodológico, separadamente. Longe de concordar com a ideia de identidade absoluta entre memória e história, também considero equivocadas as distinções dicotomizadas entre ambas.

Quanto à primeira distinção, memória-emoção X história-razão, ela está em grande medida vinculada à inserção da história no ramo das ciências e pensa esta disciplina dentro de uma tradição de cunho galileano-quantitativo, que pretende fundamentar o estudo histórico a partir de uma perspectiva de racionalidade absoluta. Sendo assim, para Le Goff, caberia ao historiador o papel de tornar inteligível o processo histórico, organizando-o, tornando-o compreensível e apresentando a sua regularidade.⁹ Segundo Sarlo, o dever de memória acaba por induzir a uma relação afetiva para com o passado que absolutamente não é compatível com a busca de racionalidade que diz respeito ao historiador. A Memória estaria, portanto, no plano das experiências, dizendo respeito a um vivido, pessoal ou coletivo, que a vincularia diretamente com a emoção. Possibilitaria, assim, a colonização do passado pelas emoções do presente.¹⁰

Como o principal compromisso da memória seria com os elementos de perpetuação do grupo, comunidade ou sociedade – estimulando o desenvolvimento de elementos identitários –, seu principal traço seria a presença de elementos afetivos, de aproximação, de “simpatia”. A memória seria elaborada, em grande medida, por aqueles que partilhariam diretamente do conjunto de crenças que emana do grupo. Portanto, dentro desta perspectiva de oposição entre memória-história, seria a proximidade e o envolvimento direto com aquilo ou sobre aquilo que se fala, e não o distanciamento necessário para falar sobre o passado, que caracterizaria a memória.

Relacionado de alguma forma à esta distinção, Julio Cabrera apresenta algumas observações que são interessantes. Assinala o autor a existência de toda uma tradição filosófica que se contrapõe a esta antítese. Algumas linhas de pensamento problematizam a racionalidade puramente lógica e levam em consideração neste processo de compreensão da realidade do mundo um elemento afetivo ou pático. Dentre essas linhas filosóficas logopáticas o autor assinala: a hermenêutica, o existencialismo e a filosofia de Nietzsche.¹¹ Neste sentido, existiria quase que uma divisão entre os filósofos que encaram a compreensão do mundo a partir exclusivamente do lógico, denominados também de “apáticos” (Aristóteles, S. Tomás, Bacon, Descartes, Locke, Hume, Kant dentre outros) e aqueles que, além de considerarem a importância do elemento lógico incluíram o componente emotivo (pático) como elemento fundamental, uma “forma de encaminhamento” básica para a compreensão da racionalidade do funcionamento do mundo.¹² E, neste sentido, assinala Cabrera: “O emocional não desaloja o racional: redefine-o”.¹³

Também Guinzburg pode contribuir com algo que acaba por questionar esta distinção. Para ele, o método galileano-quantitativo que pretende fundamentar o estudo histórico dentro de uma perspectiva de racionalidade absoluta provoca uma ênfase excessiva na necessidade de mensurar e repetir os fenômenos. Contudo, a imaginação e a conjecturação são elementos que estão profundamente presentes na história. Guinzburg assinala que a História está mais próxima do modelo da semiótica médica do que poderiam pensar os historiadores. Este paradigma fundamenta-se na identificação dos indícios que seriam percebidos a partir de “signos superficiais” a serem “interpretados”. O historiador seria como um caçador a interpretar as pistas deixadas por sua caça: a história. Ricouer, ainda que na ânsia de validação da memória como elemento que colabora para uma maior aproximação com o passado, acaba por fornecer uma boa definição de indício utilizando-se das palavras de Freud:

Este método indiciário hizo las delicias del detective Sherlock Holmes y, detrás de él, de todos los autores de novela policial. Freud veía en él una de las fuentes del psicoanálisis, ‘habilidad para adivinar las cosas secretas y ocultas a partir de rasgos subestimados o que apenas se tienen en cuenta, a partir del desecho de la observación.’¹⁴

É certo que a memória se vincula com elementos emocionais e intuitivos que estão ligados diretamente com aspectos da identidade, seja ela de grupo ou, de forma mais ampla, nacional. Contudo, como observado anteriormente, também o método histórico é atingido por elementos intuitivos (principalmente se adotarmos os procedimentos indicados por Guinzburg relativos ao método histórico-dedutivo). Associado a elementos lógicos, a história também se vincula ao “pático” na medida em que se apropria, por vezes, de argumentos que apresentam “um valor cognitivo, persuasivo e argumentativo através de seu componente emocional”.¹⁵

De outro lado, Rosavallon, ao abordar o método da história política, indica que nesta forma de “entender o passado” predominaria a necessidade de estabelecimento de uma “empatia controlada”. Ou seja, de um conjunto de procedimentos que colaborassem para que o historiador tenha a possibilidade de entender como os indivíduos percebem o mundo que o cerca e desenvolvem uma “racionalidade política”.

Uma segunda polarização comumente apresentada refere-se à oposição história-verdade X memória-falseamento. A história teria “como norma a verdade”, afirma Le Goff.¹⁶ Assinala este que a história nada mais é do que uma versão científica da memória coletiva e estaria, portanto, mais próxima dos procedimentos necessários para o estabelecimento desta verdade.¹⁷ Para alguns existiria, na história-ciência, uma “dimensão ética intrínseca ao problema da construção histórica e sua vinculação com a função normativa da noção de verdade”. Para Sorgentini

El mantenimiento de la verdad como intención siempre diferida y, a la vez, como principio normativo, permite desnudar tanto las falacias de la orientación práctica implícita en la (pseudos) comprensión a-valorativa del oficio del historiador legitimado exclusivamente en la observancia de una serie de métodos y procedimientos de carácter formal como de los problemas de una orientación práctica de la memoria voluntaria sin validación en el saber histórico.¹⁸

Já na memória, o passado se distorceria para encontrar coerência.¹⁹ A memória seria traiçoeira e, neste sentido, se contraporía à reflexão histórica, como assinala Daniel Aarão Reis.²⁰ Le Goff, por exemplo, entende que a memória faria parte direta do jogo de poder e estaria vinculada à ideia de manipulações “conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos”.²¹ Para Le Goff, enquanto a história está submetida a uma série de regras científicas, a memória está mais sujeita às crenças do público, se orienta em função delas e, por isso, se conectam mais intensamente ao imaginário social contemporâneo, sendo menos reguladas pelo ofício e pelo método.²² Da mesma forma assinala Beatriz Sarlo. Um traço a caracterizar a história, afirma, é a existência da busca de uma verdade exterior, no momento em que são enunciadas, na medida em que o narrador não está diretamente envolvido com os fatos.²³ E é neste sentido que a autora afirma que, na memória, o passado se distorce para encontrar coerência, uma vez que seja fruto da elaboração de indivíduos que participaram diretamente dos contextos históricos que narram ou, no mínimo, referem-se à perpetuação destas perspectivas por parte daqueles que guardam uma identidade de grupo para o qual as narrativas fundacionais são de importância fundamental.

De outro lado aqueles que indicam claramente a presença das pretensões de verdade na memória. Segundo Ricouer, a memória apresenta uma pretensão de verdade, vinculando-se a “una ambición, una pretensión, la de ser fiel al pasado”.²⁴

Al termino de nuestra investigación, y a pesar de las trampas que lo imaginario tiende a la memoria, se puede afirmar que una exigencia específica de verdad esta implicada en el objeto de la ‘cosa’ pasada, del *qué* anteriormente visto, oído, experimentado, aprendido. Esta exigencia de verdad especifica la memoria como magnitud cognitiva. Mas precisamente, es en el momento del reconocimiento, con el que concluye el esfuerzo de la rememoración, cuando se declara esta exigencia de verdad. Entonces sentimos y sabemos que algo sucedió, que algo tuvo lugar, que nos implico como agentes, como pacientes, como testigos. Llamemos de fidelidad a esta exigencia de verdad. Hablaremos en esta reivindicación, este *claim*, que constituye la dimensión epistémica-veritativa del *orthos logos* de la memoria.

Será labor del estudio que sigue mostrar como la dimensión epistémica, veritativa de la memoria se compagna con la dimensión pragmática vinculada a la idea de ejercicio de la memoria.²⁵

Helenice Rodrigues afirma que, numa perspectiva mais recente, a memória apresenta-se como uma das matrizes da história e não como objeto de estudo da mesma, aproximando-se a primeira da segunda em função de sua “pretensão à veracidade”. Portanto, na trilha do mesmo caminho percorrido por Ricouer. Quanto à acusação de ser instrumento de manipulação, Ricouer contra-ataca indicando que, quando isto ocorre se deve à ideologia, que se manifesta como distorção da realidade para legitimar a autoridade, resultando muito mais de um problema de apropriação do que de característica imanente.

A terceira distinção recorrentemente assinalada é concernente à dicotomia história-objetividade X memória-subjetividade. Entendo que, em grande medida, esta se vincula à primeira oposição que apresentei, entre história-razão e memória-emoção, embora com algumas variações. A história seria objetiva na medida em que buscaria eliminar qualquer elemento pático no âmbito de sua elaboração. Hallbawch indica que o historiador somente conseguiria recordar os acontecimentos quando se colocasse “deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram os eventos, que tiveram contato mais ou menos direto”, portanto, de forma mais objetiva.²⁶ No mesmo caminho trilha Sarlo, quando assinala que a memória estaria no plano das experiências e a história não. Esta foi, inclusive, uma característica predominante na oficina do historiador até pelo menos os anos 1980 e 1990, quando a História do Tempo Presente e ainda a História do Tempo Imediato entraram em cena com mais intensidade.

Outra diferença assinalada pelo autor refere-se à presença do relativismo na História, aspecto que somente poderia ser conferido à ciência histórica em função de seu caráter de objetividade. O relativismo somente pode ser praticado, enquanto ferramenta de análise, a partir de um distanciamento que o subjetivismo presente na memória acabaria por impedir.

Mas é difícil pensar na objetividade absoluta da história. Dentro de uma perspectiva da História Cultural, relativizar significa colocar-se no lugar do outro. Caracteriza-se pela prática na qual a crença em determinados valores e a perspectiva sobre determinados acontecimentos variam de acordo com a época, o grupo social e os indivíduos. O papel do historiador, a partir da própria prática da crítica das fontes, é o de desvendar os limites que as perspectivas auto-referenciadas procuram instaurar. Deve estar interessado numa história fundada na ideia de que o que diz respeito ao grupo deve ser analisado por cima e para além do próprio indivíduo, grupo ou sociedade. Neste sentido, valoriza-se o confronto de perspectivas e não a unidade. E é justamente isto que possibilita a mudança de enfoque, apresentada por Halbwach.²⁷

Em outro sentido encaminham-se autores para quem a memória seria construída como elemento de coesão e de afirmação identitária que visa à própria sobrevivência do grupo ao qual a mesma se vincula. Segundo assinala Joel Candau, a memória apresenta-se de fundamental importância para a afirmação da identidade, pois sem “esta movilización de la memoria que es toda transmisión, ya no hay ni socialización ni educación, y al mismo tiempo toda identidad cultural se vuelve imposible”.²⁸ A memória, dentro desta perspectiva, faz parte de um processo de fundação e instauração de um passado cujo objetivo fundamental é a sobrevivência do próprio grupo enquanto coletividade, uma vez que não “satisfacer el deber de la memoria es exponerse a la desaparición”.²⁹ Neste sentido, a memória diz respeito ao que está vivo ou “pode viver na consciência do grupo que a mantém”³⁰, encaminhando-se na direção contrária daqueles que indicam que relativizar seria aproximar-se a partir de um despojamento que colabora para a desapareição de todos os vínculos. No reforço da identidade, uma dada coletividade procura rejeitar o que diz respeito ao outro, adotando uma postura etnocêntrica de forma a reforçar os laços comunitários e negando, assim, qualquer mudança de perspectiva que o ameace.³¹ Desta forma, como conferir objetividade aos seus componentes?

Longe de querer assinalar a objetividade da memória, lembro os inúmeros historiadores que assinalam o grau de subjetividade de sua profissão, o que colabora para que a dicotomia objetividade/subjetividade seja também ela, relativizada. A própria existência da historiografia já sinaliza para esta subjetividade. Questões como o tempo histórico a partir do qual o historiador elabora suas perspectivas, vinculações institucionais que se cruzam com as vinculações de classe social ou relativamente às perspectivas políticas do historiador profissional são objetos de análises daqueles que se preocupam em pensar como se desenvolve o fazer da ciência histórica. Como assinala Marc Bloch:

Compreender, todavia, nada tem de passivo. Para fazer uma ciência, serão sempre necessárias duas coisas: uma matéria, mas também um homem. A realidade humana, como as do mundo físico, é enorme e variegada. (...) Como todo o sábio, como todo o cérebro quando simplesmente percebe, o historiador escolhe e aparta. Em suma, analisa.³²

Seguindo o mesmo caminho, Jacqueline de Romilly assinala que o historiador é prenhe em subjetividade, uma vez que no seu ofício coloca-se o caráter pessoal quanto às diversas opções de perguntas que os historiadores têm para fazer aos documentos.³³ A escolha dos documentos e a forma de armazenamento dos arquivos são indícios de opções particulares e que somente de forma posterior são objetivadas. Quanto a este aspecto, mais uma vez cito

Guinzburg quando o mesmo se refere ao paradigma indiciário: não seria a escolha de determinadas pistas, em detrimento de outras, algo que diz respeito ao indivíduo que a investiga?

O que busquei caracterizar aqui é que estabelecer uma distinção entre memória e história, através de antagonismos que seriam excludentes, apresenta-se, no meu entender, como um limite que se coloca diante das possibilidades de identificação das suas diferenças. A distinção não estaria no plano das oposições relativas à essência da memória e da história, que muitas vezes são vinculadas a juízos de valor. Tanto uma quanto outra estão demarcadas pela busca da verdade, pela subjetividade e pela presença de elementos páticos.

Os fatores diferenciadores estariam, em grande parte, nos processos da estruturação e nos métodos de formulação destas formas distintas de se buscar o passado. Alguns, inclusive, já apresentados pelos autores acima referenciados. A presença de diferentes mecanismos de verificação e correção de rumos, possibilitada pela revisão sucessiva dos trabalhos históricos, é um dado que viabiliza a oposição entre os dois caminhos de representar o passado.

Outro fator de distinção estaria relacionado com o elemento erudição, fator fundamental a colaborar para a execução daquilo que se denomina por crítica dos documentos. A crítica interna e externa das fontes apresenta-se como um elemento extremamente importante a diferenciar história de memória, desvendando os limites que as perspectivas auto-referenciadas estabelecem. Ricouer fala do confronto de testemunhos que acaba por colaborar para a eliminação do falso testemunho. Mas as perguntas que ficam no que se refere a este confronto são: quem faz a eliminação e, principalmente, quem procede ao confronto se um dos principais aspectos da memória refere-se à identidade do grupo?

Ainda um aspecto relativo aos procedimentos de elaboração está associado àquilo que acaba por se apresentar como uma narrativa (ou relato) completa e uma narrativa por elipses. A primeira, respectiva à memória, busca tudo englobar para viabilizar um efeito de coesão onde a estilização estabelece uma linha argumental na busca de um relato completo “del cual no quede nada afuera”.³⁴ Neste sentido, não se vê obrigada a atribuir sentidos ou explicar ausências. Já a história “se ubica lejos de la utopia de que su narración puede incluirlo todo. Opera con elipsis, por razones metodológicas y expositivas”.³⁵

Dentre os diferentes mecanismos de verificação e correção de rumos o principal deles estaria na própria existência da historiografia. A revisão sucessiva dos trabalhos históricos, a necessidade de um conhecimento histórico obtido previamente que ajudaria a estabelecer a crítica dos documentos – tal

como nos coloca Le Goff³⁶ –, e ainda o que Sarlo caracteriza como sendo o princípio da dúvida metodológica. Todos, em grande medida, são procedimentos relativos ao processo científico. Mas são os procedimentos, em si, e não as diferenciações de caráter valorativo que distinguem as duas formas de aproximação do passado.

Do embate entre Memórias

Uma vez especificadas as diferenças que concebo existentes entre memória e história, outra questão se coloca. De que tipo de memória se está falando? Que memórias estariam em embate? Uma interessante tipologia é apresentada por Régine Róbin. Segundo a autora, observa-se a existência de diferentes tipos de memória: a memória individual, a memória coletiva, a memória oficial ou nacional, a memória erudita ou história, e a memória cultural.

Estes âmbitos (individual, coletivo, erudito, oficial e cultural) seriam os espaços a partir dos quais o passado procura ser conservado, melhor dizendo, é o espaço do debate e do confronto pela legitimação da guarda deste passado. A autora apresenta da seguinte forma esta tipologia. A *memória oficial* ou estatal seria caracterizada pelo espaço da evocação de uma história épica e da criação de um “habitus nacional”, responsável pela gestão de emblemas.³⁷ A *memória erudita ou dos historiadores* se referiria mais à elaboração de emblemas do que à sua gestão. Enquanto a primeira procura delimitar os marcos a partir dos quais o passado deva ser referenciado, a segunda questiona estes marcos. Responsável pela análise e não pelo testemunho. Marcada por uma série de regras para sua elaboração, “um metadiscurso que se deseja, segundo sua própria ética, como expressão do verdadeiro encontro do real passado” através de um “efeito de distancia entre passado e presente”.³⁸

A *memória coletiva*, por sua vez, seria marcada pelo afetivo, pela emoção, sendo “ao mesmo tempo o que estabelece o laço entre a memória viva, e a memória normatizada, memória de grupo, enquadrada socialmente, enquadrada também pela tradição da família (...) fechada sobre si”. Não é cronológica, é ao “mesmo tempo tenaz e imprecisa”. Responsável pela guarda e comemoração dos emblemas. O seu cerne não é o real nem mesmo a verdade restabelecida, mas “o plausível, o verossímil, em uma palavra a ficção”.³⁹ Por último, a *memória cultural*. Não é identitária e, neste sentido, afasta-se da memória coletiva. “Ela funciona através de signos afluídos, nostalgicamente. Seria uma memória própria a uma geração, cuja fórmula emblemática seria ‘é o que conhecemos de melhor’”.⁴⁰ Afirma-se no “flash de lembrança, na ordem narrativa, cronológica ou no metafórico.

A hierarquia existente entre estas memórias se apresentaria profundamente volátil, variando de acordo com o contexto histórico em que se desenvolve o embate. Entre estas memórias não existiria uma "separação estanque". Mas seria da conjunção destas que se estabeleceria a construção do passado de uma sociedade, podendo apresentar-se como concorrenciais ou não, dependendo da conjuntura em questão.

Algumas ressalvas podem ser apresentadas ao trabalho de Róbin, principalmente no que se refere a duas questões. A primeira delas quanto à ideia de caracterizar a história como uma memória erudita. Adoto aqui as mesmas palavras de Hallbawch, embora por motivos diferentes. Não considero como correta a perspectiva que pensa na existência de uma memória histórica por considerar que a História, mesmo não se opondo dicotomicamente à memória, apresenta inúmeros fatores distintivos em relação a esta. De certa forma retomando algumas das considerações elaboradas acima, dentre os fatores de distinção estariam principalmente os mecanismos de validação presentes em cada uma destas formas de se pensar o passado. Na História-ciência, aspectos como a crítica interna e externa das fontes e a existência da historiografia apresentam-se como procedimentos que colaboram para uma constante revisão das perspectivas históricas. A historiografia, principalmente, leva a uma diminuição (mas não a eliminação) das injunções contextuais, institucionais e de posição social. E, por último, cito dois outros aspectos. A erudição como um elemento chave presente na elaboração do conhecimento histórico bem como a forma de estruturação da narrativa, que se apresenta de forma distinta no caso da história e da memória.

Outro aspecto que deve ser considerado da crítica que realizo sobre o trabalho de Robin refere-se a noção de memória coletiva caracterizada por uma forma de aproximação com o passado eivada de características emocionais e que colaborariam muito mais para a presença da imaginação e não da História. Considero por memórias coletivas as tentativas de reconstrução do passado caracterizadas por uma vontade de verdade, mas que buscam atender as perspectivas de mundo de um determinado grupo, segmento ou coletividade de dada sociedade. Acima de tudo, visam a preservação da identidade e a construção de um passado que se adeque, portanto, a este objetivo principal.

No entanto, apesar destas ressalvas, entendo que são de profunda serventia duas das ideias apresentadas pela autora. A primeira delas refere-se à ideia de existência de uma certa hierarquização de memórias, que é estabelecida a partir do embate da disputa pelo controle de uma perspectiva sobre o passado que seja hegemônica. O segundo refere-se à influência de elementos contextuais e culturais para a proeminência de uma das diversas memórias em embate diante de suas rivais.

Memória, Contexto e Cultura Política

Na América Latina observa-se, nos últimos anos, o desenvolvimento de um confronto de memórias que ora é observado de maneira mais nítida, ora adquire características quase que de uma conspiração. De uma forma ou de outra, o que se tem é a presença de um conflito pelo estabelecimento de uma perspectiva acerca do passado recente da região que se desenvolve na quase totalidade dos países, mais especificamente dos regimes civil-militares estabelecidos entre 1964 e 1990. No que se refere aos conflitos entre memórias, Jelin assinala que quando o Estado não viabiliza canais institucionais que reconheçam os acontecimentos cuja responsabilidade seria do próprio Estado, a luta pela memória apresenta-se apropriada pela arena societal. De outro lado,

Las aperturas políticas, por otra parte, no implicam necesaria y centralmente una contraposición binária, entre una historia oficial o una memoria dominante expresada por el Estado, y otra narrativa de la sociedad. Son momentos, por el contrario, donde se enfrentan multiples actores sociales y políticos que van estructurando relatos del pasado y, en el proceso de hacerlo, expresan también sus proyectos y expectativas políticas hacia el futuro. En estas coyunturas, el Estado tampoco se presenta de manera unitaria. La transición implica un cambio en el Estado, un nuevo intento fundacional, con nuevas lecturas del pasado. Dentro mismo del Estado hay lecturas multiples en pugna, que se articulan con la multiplicidad de sentidos del pasado presentes en el escenario social.⁴¹

Desta forma, Jelin retoma algumas das questões apresentadas anteriormente mas, ao mesmo tempo, assinala que o confronto pode se dar também dentro do que poderia ser indicado como cada um dos espaços a partir dos quais o passado procura ser “capturado”.

A importância deste embate afirma-se, como assinalado no início deste artigo, na medida em que a “consciência” que temos da sociedade – e que em grande medida se forja a partir da forma pela qual pensamos o passado –, é referencial tanto para agirmos no presente quanto para fundamentar projetos de futuro. As possibilidades de valorização ou de depreciação quanto a determinados acontecimentos ou símbolos erigidos a partir do passado, que esta tentativa de resgate coloca em cena, colaboram para que se tornem objeto de cobiça.

Diversos autores assinalam a relação entre a consolidação de determinadas perspectivas sobre esse passado e a afirmação de um sistema democrático não apenas calcado no formalismo. Partindo de uma perspectiva que se encontra vinculada às relações entre memória e projeto, Borón acaba por contribuir em suas análises para que se percebam as ameaças que estão a pairar nas sociedades

americanas. Ameaças que se traduzem na possibilidade de, sob um pretexto de combate ao autoritarismo, enfatizar os elementos políticos do período dos regimes civil-militares em detrimento de uma perspectiva mais ampla, que lembre que os embates ocorreram no âmbito do político, mas dentro de uma acepção mais ampla de política. Portanto, dentro de uma perspectiva na qual este se apresenta como o espaço onde as questões sociais, econômicas e culturais são mediadas, solucionadas ou postergadas. Neste sentido, Borón nos alerta para o fato de que a questão passa não apenas pela política política (sic) mas também pela política econômica e pela política social. Portanto, pensar este passado recente é uma forma de estar alerta para os problemas e os embates do presente.

O autor assinala que a preocupação apenas com o formalismo democrático coloca como pano de fundo o retorno do autoritarismo. Isto, uma vez que o sistema democrático não dê conta de uma alternativa viável para a reformulação da sociedade. E, uma vez que as pressões em tal direção aumentam, a tendência seria a da opção das elites por fórmulas não democráticas. De outro lado, Borón reafirma sua fé na democracia, uma vez que esta seria “uma ferramenta eficaz para assegurar a transformação da base social”.⁴²

No contexto histórico pelo qual passa a sociedade contemporânea e que caracteriza a América Latina, de forma mais específica, poderia ser assinalado uma proeminência dada ao papel das memórias coletivas dos grupos que foram alvo dos procedimentos violentos e repressivos do Estado. E dentro destas memórias coletivas haveria espaço para a proliferação de inúmeras memórias individuais que desejam ser ouvidas. Afinal, assinalam Carnovale e Pitaluga, “documentar y escuchar sus historias era tambien parte de uma relación humana, era buscar restituir una humanidad allí donde el mal pretendió negarla”.⁴³

O enfraquecimento de uma memória nacional e a opção pela relativização que enfatiza a memória no lugar da história marcam o período. Sarlo assinala bem este processo em sua obra, indicando que os ideais de entender o passado dentro da perspectiva daqueles que o viveram, a partir de suas próprias lógicas, acabou por colaborar para uma revalorização da primeira pessoa.

Os motivos que colaborariam para esta ênfase são apresentados ora como fruto de elementos contextuais. Dentro da fórmula encaminhada por Robin, se poderia afirmar que o ocaso dos regimes civil-militares levou a uma diminuição da confiança no Estado enquanto “guardião” do passado da nação, por conta da asfixia a que submeteu a sociedade ao longo dos anos destes regimes. Neste sentido, estaria se operando no momento um embate no qual a memória do Estado, que segundo diversos analistas busca enfatizar os elementos

de mediação e soterrar as questões que teriam contribuído para a polarização política dos anos 1960 e 1970, acaba por ser desalojada de uma posição predominante. Na medida em que a “memória cultural” não dá conta das perguntas elaboradas sobre este passado, e conquanto o que a autora denomina por “memória erudita” não esteja adequada a contar sobre o mesmo dentro de uma perspectiva efetivamente fragmentária, o que se sobressairia seriam as memórias coletivas. É neste sentido que a “fórmula” de Robin levaria em conta fundamentalmente alguns dos elementos contextuais.

De outro lado, diversos são aqueles que apontam para uma outra direção. O destaque dado às memórias coletivas e individuais seria fruto de uma tentativa de manipulação que intenta obliterar o passado para enfatizar uma perspectiva mediatizada do mesmo. Isto colaboraria para o esquecimento dos conflitos que teriam caracterizado de forma efusiva o passado recente latino-americano.⁴⁴ Neste sentido, teríamos um processo de fragmentação na produção de um conhecimento relativo ao período autoritário fruto da elaboração de memórias setoriais.⁴⁵

Mas é interessante atentar-se para outros processos. O aparecimento de lideranças políticas não comprometidas com questões centrais da vida política nos anos 1980 (que veriam a democracia como recuperação do estado de direito e oposta a ditadura) ou dos anos 1990 (a democracia adquire aqui a ideia de garantia de governabilidade) colabora para que uma rediscussão do passado se tornasse viável.⁴⁶ Lesgart é uma das autoras que encaminha-se para a identificação da importância do fator geracional no desenvolvimento e proliferação de determinadas memórias. Para a autora, é importante atentar para um aspecto central:

La existencia de distintas generaciones en el espacio público-político, que están disponibles en la puja por la construcción de nuevas memorias y versiones del pasado: sobre la década de '70 y sobre la democracia.⁴⁷

Paolo Montesperelli e Elizabeth Jelin indicam, relativamente a este aspecto, que a “vontade de ouvir” seria o aspecto fundamental a colaborar para a emergência e proliferação excessivas de memórias. Segundo Jelin, é no aparecimento de uma geração distanciada dos acontecimentos dos anos 1960 e 1970, mas profundamente desejosa de conhecer mais sobre o seu passado, que residiria a chave para esta nova valorização da memória.⁴⁸ O distanciamento cronológico, neste caso, apresenta-se também importante para possibilitar o desenvolvimento do próprio testemunho. Portanto, capacidade de testemunhar e desejo de conhecer são aspectos centrais neste contexto. A autora não desconsidera por completo o trabalho dos empreendedores

de memória, concepção a partir da qual poderíamos pensar o papel desempenhado pelas instituições citadas por Pollack ou até mesmo, de uma forma profundamente mais efusiva, por Guilhot, para quem existe uma intenção manipuladora por trás de tudo isto. Mas afirma que não basta o papel e a vontade destes.⁴⁹ Importa o contexto em que o testemunho se efetiva uma vez que existem momentos em que o “clima social, institucional y político está ávido de relatos”⁵⁰. É neste sentido que a autora afirma que “ningum texto puede ser interpretado fuera de su contexto de producción y de su recepción”⁵¹.

Por último, alguns fatores que entendo que estão mais próximos de uma questão cultural do que contextual. Sarlo assevera a existência de uma tendência acadêmica atual marcada pela afirmação do mercado de bens simbólicos que se propõe a “reconstruir la textura de la vida y la verdad albergadas en la rememoración de la experiencia” do indivíduo.⁵² Esta perspectiva também é indicada nas análises de Ciro Cardoso, para traçar um cenário que estava presente desde os anos 1970.⁵³

Embora Cardoso assinale esta tendência, o autor, num âmbito mais amplo, observa o desenvolvimento de certo deslocamento do paradigma “iluminista”, a se efetivar entre 1968 e 1989 que assumiria traços mais de uma perspectiva cultural do período do que um elemento efetivamente contextual (aqui, equivalente ao que diz respeito ao plano dos eventos). O momento marcado por uma perspectiva da realidade caracterizada por uma crítica cada vez maior acerca do racionalismo da história da humanidade teria levado uma série de intelectuais a buscar no pós-modernismo uma alternativa, abandonando uma “crença na possibilidade de uma transformação social global”.⁵⁴

Tal como Hobsbawm, Flamarion adota uma perspectiva que entende o final dos anos 1960 e a década de 1970 assinalando uma mudança no bojo das crenças das esquerdas marcado pelo desaparecimento quase que completo da ideia de revolução mundial.⁵⁵ Substituindo um conjunto de propostas que até então orientavam as esquerdas, observa-se o desenvolvimento de uma perspectiva que enfatiza o indivíduo, o grupo, ou mesmo o popular, desconsiderando as antigas análises marcadas pela centralidade do proletariado.⁵⁶ Em parte, Robin assinala algo no mesmo sentido. Segundo afirma a autora, fundamentando-se em P. Nora, a proeminência da memória deve-se à “perda de um princípio explicativo único [que] nos precipitou em um universo aos pedaços, ao mesmo tempo em que promoveu o objeto por inteiro”. A força das imagens, o destaque dado a uma “memória intensamente retiniana” e “fortemente televisual” bem como “a força da imagem e do cinema na cultura contemporânea” teriam colaborado para isso.⁵⁷

Considerações Finais

Na atualidade se confere à memória uma importância significativa que em determinados momentos encontra-se acompanhada por um relativo desprezo em relação à história. Busquei apresentar a ideia de que esta valorização encontra-se associada, em grande medida, tanto a aspectos contextuais quanto às características que dizem respeito à própria forma pela qual se pensa a realidade vivida no presente momento. O questionamento do papel do Estado enquanto guardião do passado, e mesmo da própria história em função do possível papel de validação de um discurso falso sobre este passado são questões contextuais que estão associadas à emergência da memória e que são relativos à fase do estabelecimento de regimes pós-autoritários. Outro fator contextual seria o aparecimento de uma nova geração, ávida por conhecer mais de perto a história de seu país e mesmo de seus pais, proporcionando a existência de um público disposto a ouvir os testemunhos destas memórias.

Contudo, isto não é tudo. Fatores culturais também estariam presentes. Neste sentido, o questionamento de uma perspectiva holística e racionalizante, calcada no iluminismo, estaria encontrando espaço num mundo marcado pelo pós-modernismo, onde se apresenta a valorização dos relatos individualizantes e, portanto, da própria memória. E este é um fator que caracterizaria não somente a América Latina, mas a própria sociedade global.

Na perspectiva desenvolvida aqui, considera-se que estes aspectos colaboram para o papel desempenhado pelos incumbidos de realizar o enquadramento de memórias. Desta forma, não seriam estes “enquadradores” os responsáveis pela afirmação de uma perspectiva de mundo fragmentária. Também descarto aqui o papel protagônico do Estado como responsável pela afirmação de uma visão dilacerada e sem pretensões de totalização da realidade, fundamento principal daqueles que sinalizam para a existência de uma espécie de “teoria da conspiração”. Embora o papel destes grupos não deva ser desprezado, uma vez que a situação se enquadra perfeitamente aos seus intentos de afirmação de uma visão do passado que impossibilite a percepção da totalidade dos embates que antecederam os regimes civil-militares, não são estes os principais responsáveis pela situação atual. Embora sejam os principais grupos a buscar instrumentalizar a situação em benefício próprio.

Por último, gostaria de sinalizar que neste momento de afirmação e proeminência da memória, torna-se de fundamental importância entender e perceber as diferenças que se estabelecem entre esta memória e a própria história, possibilitando minimamente que o prisma a partir do qual se analisa estas diferenças não seja marcado por uma visão dicotômica fundamentada em pressupostos equivocados.

Notas e Referências

- 1 É interessante observar, em filmes como *Olhos Vendados* (Carlos Saura, 1978), *Estado de Sítio* (Costa-Gravas, 1973), e *História Oficial* (Luiz Puenzo, 1984), a temática da memória é central. Especificamente sobre o filme *História Oficial* apresento um artigo no qual faço esta discussão. Ricardo MENDES. "Cinema e Memória sobre os regimes civil-militares no Cone Sul". In: *A integração da diversidade racial e cultura do Novo Mundo – Anais do IX Congresso de La Solar*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2004. [on line] Disponível em <http://www.coc.fiocruz.br/atualidades/solar/ricardo_mendes.pdf>
- 2 Enrique Serra PADRÓS e Fábio Azambuja MARÇAL. "Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os 'anos de chumbo' no Brasil e na América Latina". In: *Revista Ciências e Letras*, nº 28, Porto-Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras, 2000, p. 88 e seguintes.
- 3 Gilberto VELHO. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 101.
- 4 Pierre ROSAVALLON. "Por uma História conceitual do Político". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, p. 16.
- 5 Paul RICOUER. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000, pp. 23 e 41.
- 6 *Ibidem*, p. 40.
- 7 *Ibidem*, p. 236.
- 8 Trabalhos como os de Jean-Michel Gaillard, Pensavento, Helenice Rodrigues, Beatriz Sarlo, Halbwach, Sorgentini, Régine Róbin, Le Goff, dentre outros, buscam estabelecer as diferenças entre ambas as formas de pensar o passado.
- 9 Jacques LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 44 e 45.
- 10 Beatriz SARLO. *Tiempo pasado – cultura de la memoria y giro subjetivo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 92.
- 11 Dentre os filósofos que estariam incluídos nesta perspectiva o autor cita Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard e Heidegger, dentre outros.
- 12 Julio CABRERA. *O cinema pensa – uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2006, p. 16.
- 13 *Ibidem*, p. 18.
- 14 Paul RICOUER. *Op. cit.*, p. 226.

- 15 Julio CABRERA. *Op. cit.*, p. 22.
- 16 Jacques LE GOFF. *Op. cit.*, p. 32.
- 17 *Ibidem*, p. 525.
- 18 Hemán SORGENTINI. "Reflexión sobre la memoria y autoreflexión de la historia". *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 25. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/lng_pt/pid_0102-0188/nrm_iso>, 105
- 19 Beatriz SARLO. *Op. cit.*, p. 65.
- 20 Daniel AARÃO REIS. "Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória". In: Daniel AARÃO REIS; Marcelo RIDENTI; Rodrigo Patto MOTTA. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 29.
- 21 Jacques LE GOFF. *Op. cit.*, p. 32.
- 22 Beatriz SARLO. *Op. cit.*, pp. 14-15.
- 23 Segundo Sarlo, a partir do momento em que um historiador encontra-se envolvido deixaria de ser história e passaria a caracterizar-se como memória.
- 24 Paul RICOUER. *Op. cit.*, p. 40.
- 25 *Ibidem*, p. 79.
- 26 Maurice HALBALCH. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006, p. 133.
- 27 *Ibidem*, p. 14.
- 28 Joel CANDAU. *Memoria e identidad*. Buenos Aires: Del Sol, 2001, p. 104.
- 29 *Ibidem*, p. 122.
- 30 Maurice HALBALCH. *Op. cit.*, p. 102.
- 31 Tzvetan TODOROV. *Los abusos de la memoria*. Madrid: Paidós, 2000.
- 32 Marc BLOCH. *Introdução à história*. São Paulo: Europa-América, s/d, p. 126.
- 33 Jacqueline de ROMILLY. "La Historia entre la memoria individual y la memoria colectiva". In: Françoise BARRET-DUCROCQ. *¿Por qué recordar? – Foro Internacional Memoria e Historia*. Buenos Aires: Granica, 2002, p. 44 e seguintes.
- 34 Beatriz SARLO. *Op. cit.*, pp. 66-67.
- 35 *Ibidem*, p. 68.

- 36 Jacques LE GOFF. *Op. cit.*, p. 50.
- 37 Régine ROBIN. *Le roman mémoriel: de l'histoire a l'écriture du hors-lieu*. Cap. II. Montreal: Lê Préambule, 1989, p. 2. Traduzido por Rachel Soihet, Rosana Márcia A Soares e Suely Gomes Costa.
- 38 *Ibidem*, p. 3.
- 39 *Ibidem*, pp. 4-6.
- 40 *Ibidem*, pp. 6-7.
- 41 Elizabeth JELIN. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, pp. 43-44.
- 42 Atílio BORÓN. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16.
- 43 Frederico LORENZ; Vera CARNOVALE; Roberto PITTALUGA. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Memória Abierta/CeDIn CI Editores, 2006, p. 37.
- 44 R. A. S. MENDES, "Memórias em disputa". In: *Intellectus* (Uerj. Online), v. Ano VI, 2008. p. 8. Ver também Elizabeth JELIN, *op. cit.*, p. 4 e 5; Gabriel SALAZAR, "Memoria social y movimiento popular: pasado y proyección". In: Raquel OLEA e Olga GRAU, (compiladoras). *Volver a la memoria*. Santiago de Chile, Lom Ediciones/La Morada, 2001, p. 62.; e, Carmem Luz PAROT. "Imágenes para la memoria de Chile". In: ZERÁN, GARRETÓN, CAMPOS e Carmen GARRETÓN, *Encuentros con la memoria – archivos y debates de memoria y futuro*. Santiago: LOM Ediciones, 2004, p. 63.
- 45 Ricardo SIDICARO. "Sobre algunas consecuencias políticas de la dictadura militar 1976-1983". In: Hugo QUIROGA e César TCACH. *Argentina 1976-2006*, p. 45.
- 46 Cecília LESGART. *Op. cit.*, p. 173.
- 47 *Ibidem*.
- 48 Elizabeth JELIN. *Op. cit.*, p. 84.
- 49 Relativamente às questões de enquadramento de memória ver: Michel POLLAK. "Memória e Identidade Social". In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212. e "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15. No que se refere às tentativas de manipulação por parte de uma ação orquestrada por determinados órgãos norte-americanos Guilhot assinala existência de uma indústria fundada em programas internacionais

de ajuda à promoção dos direitos humanos e de transição para a democracia, particularmente na América Latina. Estes colaboram para a difusão de um “mesmo discurso obrigatório” fundado numa perspectiva minimalista de democracia que visa à perpetuação das classes dirigentes no poder. Ver: Nicolas GUILHOT. “Os profissionais da democracia em ação”. In: Loic WACQUANT, (orgs.) *Repensar os Estados Unidos – Por uma sociologia do Superpoder*. São Paulo: Papirus, 2003, p. 235-6. A perspectiva de Pollack enfatiza o papel das instâncias emissoras de determinadas perspectivas de sociedade e de mundo. Já Lesgart, deposita mais importância na recepção, ou seja, na demanda por informações que poderia, segundo entendendo, estar relacionada com a capacidade de rearticulação das mensagens por parte do “público”.

50 Elizabeth JELIN. *Op. cit.*, p. 78.

51 *Ibidem*, p. 91.

52 Beatriz SARLO. *Op. cit.*, p. 21. Ver ainda Francisco Elinaldo TEIXEIRA. (org). *Documentário no Brasil – tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004, p. 14.

53 Ciro Flamarion CARDOSO. “História e Paradigmas Rivais”. In: Ronaldo VAINFAS &, Ciro FLAMARION (orgs.). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia..* Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 14.

54 *Ibidem*, p. 10 e ss.

55 Eric HOBBSBAWM. *A era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p 435.

56 Jesús MARTIN-BARBERO. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003, p. 296.

57 Régine ROBIN. *Op. cit.*, p. 28.